

ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Ragner Antonio Neumann¹
Oscar Omar Carrasco Delgado²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma abordagem sobre o ensino da cultura Afro-brasileira, onde busca-se ressaltar os pontos importantes para que esse ensino seja ministrado nas instâncias escolares de forma significativa, pautado nos documentos e Leis que abarcam questões étnico-culturais. Busca-se com a temática explorar e expor as reais necessidades para a valorização e reconhecimento, além de fortalecimentos sociais e culturais em nossa sociedade afim de "acabar" com preconceitos e discriminações de cunho racial e cultural, principalmente em espaço escolar. Contudo temos na educação instrumentos capazes de formar cidadãos sociais para a prática da cidadania e democracia, onde por meio desta podemos "desconstruir" certos padrões culturais e sociais pré-estabelecidos como únicos em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Ensino. Étnicos-culturais. Padrões Culturais.

ABSTRACT

This paper presents an approach to the teaching of Afro-Brazilian culture, where the aim is to highlight the important points for this education that are taught in school instances significantly, based on documents and laws that embrace and talk about ethnic-cultural issues. It seeks to explore the subject and expose the real needs to give valor and recognition, as well as social and cultural fortifying in our society in order to "end" with prejudice and discrimination of racial and cultural nature, particularly in the school environment. However, we have in education instruments capable of forming social citizens to the practice of citizenship and democracy, which through this we can "deconstruct" certain cultural and social standards pre-established as unique in our society.

Keywords: Education. Cultural Ethnic. Cultural Patterns.

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

² Orientador. Docente da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem se configurado de acordo com as ações transformadoras que ocorrem em nossa sociedade mediante aos aspectos sociais, culturais, étnicos, econômicos etc. mediante a essas influências que ocorrem e, sobretudo que estão presentes dentro dos espaços escolares compete-nos avaliar os componentes inerentes a tais mudanças decorrentes de uma serie complexa de causas e fatores.

Sobretudo analisar os fatores estruturais em que a sociedade se configura, além das políticas educacionais e diretrizes curriculares propostas para um trabalho pedagógico cujo seja pautado para a formação cidadã dos indivíduos envolvidos nesse processo.

A proposta presente nessa pesquisa visa analisar e compreender as orientações para o ensino da cultura afro brasileira, procurando esclarecer pontos importantes para uma educação democrática e transformadora, pois temos em nossa sociedade as questões históricas sociais marcadas por desigualdades sociais e principalmente culturais, o que não representa um ponto positivo para um desenvolvimento significativo educacional adequado.

Sobretudo é preciso analisar os fatores estruturais em que a sociedade se configura, além das políticas educacionais e diretrizes curriculares propostas para um trabalho pedagógico cujo seja pautado para a formação cidadã dos indivíduos envolvidos nesse processo.

Sabe-se que não é um caminho fácil a se percorrer devido a necessidade de uma formação global e voltada para essa realidade, haja vista a necessidade da compreensão dos pontos primordiais que abarcam a temática aqui exposta, no intuito de inserir metodologias capazes de integrar os aspectos culturais relevantes dessa cultura para a formação de nosso país, atribuições presentes até hoje em nossa sociedade pluralista e que precisam ser valorizadas.

Especificamente pretende-se com o estudo descrito desenvolver a capacidade de análise, compreensão e observação crítica sobre a realidade social e cultural de nosso país e, sobretudo em âmbito educacional.

Desta forma, é importante ressaltar a necessidade de abordar o tema no intuito de eliminar visões distorcidas, preconceitos e discriminação ainda presente em nossa sociedade, pois ao conhecer, interagir e compreender as ações presentes no meio social e histórico social terão uma nova visão e ruptura de paradigmas pré-estabelecidos como padrões únicos e válidos no convívio social.

A pesquisa baseia-se em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, pautada na leitura de livros e resoluções legais que garantem o ensino da cultura étnico racial.

Contudo, apresentam-se as contribuições dos pesquisadores para o desenvolvimento de mecanismos educacionais e de uma compreensão mais ampla necessária para o desenvolvimento de um ensino pautado nas políticas educacionais e diretrizes propostas no trato da pluralidade cultural.

Portanto todos os embasamentos descritos aqui e apresentados fundamenta-se em base teórica e nos paradigmas sociais que norteiam a discussão e embasa de forma conceitual as relações étnicas raciais.

Tais componentes são relevante para uma dimensão do conhecer / agir, devido as modificações que ocorrem a cada dia, o que exige sempre formulação de novos estudos, pesquisas, efetivação de resoluções previstas nas políticas educacionais e para que isso ocorra é necessário a constante atualização, no intuito de acompanhar a transformações que ocorrem e sejam capazes de abarcar as necessidades presentes nos espaços educacionais. Pretende-se com tal pesquisa levar à uma reflexão crítica e relevante para um trabalho pedagógico que integre em seu currículo e na sua pratica educacional a valorização cultural e formação plural dos indivíduos onde não haja homogeneização e padronização cultural e social em um país tal diversificado em sua configuração.

2 CULTURA AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO

É muito importante salientarmos a respeito do grande enriquecimento cultural presente na sociedade africana cujo nos proporciona grande embasamento para o aprendizado sobre o continente africano, além de estar presente em grande parte do

mundo a etnia africana de várias formas disseminadas, tais como fatores e processos comerciais e principalmente pelo tráfico em navio negreiro.

A história da África deve ser incluída no estudo da humanidade num todo, assim como a história ocidental, Europeia e Americana em sua totalidade, a fim de integrar esse continente articulando com as demais relações históricas cujo essa cultura também se fazia presente na construção das sociedades. Ampliar o foco, perceber que há processos específicos de cada cultura, mas que precisa de um estudo mais amplo para que possamos implementar o ensino da África e contribuição desse continente na sociedade global e principalmente brasileira.

É nesse sentido que Munanga (2004) explicita a necessidade de transformação social na busca de uma sociedade coletiva, porém em nossa sociedade nos deparamos com a separação e discriminação de grupos sociais cujo divergem dos padrões e hierarquias sociais, culturais e econômicas já "estabelecidas".

Todos os movimentos sociais, incluído o dos negros, lutam por justiça social e por uma redistribuição equitativa do produto coletivo. Numa sociedade hierarquizada como a brasileira, todos encontraram dificuldades para mobilizar seus membros em torno de lutas comuns para transformar a sociedade (MUNANGA, 2004, p.13).

As lutas de cunho transformista social não se efetivam devido a padronização eurocêntrica existente e cujos movimentos de lutas Afro e Indígenas não possuem equivalência na busca de direitos e justiça sociais.

Em linhas gerais, é incompreensível que haja essa divergência social em um país tão pluralista, o qual herdou e teve grande influência dessa cultura étnica descrita nessa pesquisa o qual possui em suas esferas políticas e sociais a democracia.

Nós brasileiros não podemos associar o negro aos processos escravistas, ao nível inferiorizado e superior de determinada cultura, onde não podemos negar a nossa herança e a presença do afro descendente entre nós, construindo uma sociedade eurocêntrica ao qual se abandona o conhecimento do passado africano e multiculturalismo.

É no Brasil que podemos encontrar grandes elementos de tal cultura, já que o nosso

país recebeu grande parte de escravos advindo do continente africano afim de atender as demandas das grandes fazendas para o trabalho escrava tório, e sobre esse processo podemos encontrar aqui no Brasil grande presença dos aspectos culturais africanos em nosso processo histórico, social e cultural. Sob essa ótica é de grande relevância fazermos uma análise sobre tal movimento sobre a visão cultural e étnica, com a qual essa etnia trás de seu continente e que de certa forma contribuiu e contribui para a disseminação de suas condições de vida em seu modo de serem, com seus conhecimentos, assim como elementos tecnológicos, seus costumes e forma de expressão cultural por meio do culto religioso, da musicalidade e dança entre outros elementos que marcaram os grupos étnico-raciais que em nosso solo chegaram e contribuíram para a formação de nossa população e multiculturalismo de nossa sociedade.

Durante cinco séculos consecutivos, negros, mulatos, indígenas, judeus e ciganos, uns mais, outros menos, foram discriminados pelo homem branco cristão. Foram, em momentos distintos e sob diferentes justificativas, tratados como seres inferiores em função de sua cultura, raça ou condição social (CARNEIRO, 1996, p. 9).

Nessas circunstâncias temos em nosso país marcada na concepção e prática o racismo, mesmo que tais fatos acima citados serem pontos favoráveis para a consolidação de um processo realista ocorrido. Tal racismo tão presente em nossa camada estrutural onde a desigualdade se faz presente, assim como em ações humanas desempenhadas no dia-a-dia e também na produção de conhecimento, mesmo possuindo uma condição de Estado democrático de direito no qual se paute e dignidade humana podemos notar a marca de questões subjetivas e preconceituosas. Para além disso, decorremos séculos e mesmo assim nos esbarramos com elementos aos quais diferem determinados povos - ou melhor, grupos étnicos - e, sobretudo os afro descendentes sendo inferiorizados e discriminados dentro de uma cultura que possui heranças culturais, sociais advindas e incorporadas em nossa sociedade pluralista, mas que por questões e ideais sociais pré-estabelecidos de uma cultura puramente eurocêntrica, onde a "branquitude" possui um caráter aceitável, como padrão válido e que acaba por colocar determinados grupos étnicos as margem e mais do que isso ocultando a

grande importância destes para a construção cultural de nosso País.

Nesse sentido buscamos superar as desigualdades e preconceitos relacionados as questões étnico-raciais cujo estão não somente presente na sociedade assim como enfrentar as desigualdades de cunho racial presente também em âmbito escolar.

Assim como cita Cavallero (2000) no que se refere a prática de racismo e discriminação em espaços socializadores:

Há algum tempo, estudos e pesquisas apontam a presença do racismo e de discriminação racial em várias instituições socializadoras, como escola, os meios de comunicação, a religião, o trabalho e, até mesmo, a família. Recentemente, os sites da internet tornaram-se mais um veículo para a estimulação do ódio racial (CAVALLERO, 2000, p. 82).

Baseado em tal citação pode-se compreender que se trata de uma ação global em termos de abrangência, ou seja, não ocorre isoladamente somente em um único local, e sim que está presente nas instâncias sociais e obviamente julgamos que há maior possibilidade de perpetuar tais ações discriminatórias quando estes estão envolvidos em convívio com demais indivíduos, sendo visíveis os comparativos e expressões discriminatórias.

Trata-se também de uma questão tanto cultural quanto social e que haja vista a necessidade de uma contextualização dessa temática a fim de identificar os mecanismos e meios que favorecem e intensificam tais práticas dentro da instituição de ensino assim como buscar medidas que sejam orientadoras para que possam surtir efeitos fora dessa abrangência, levando a informar as demais pessoas no intuito de mudar padrões de estereótipos pré-estabelecidos como únicos e válidos na sociedade, onde a branquitude tem adquirido seu espaço e maior aceitação.

Dentro do espaço educacional podem-se encontrar agentes reprodutores de preconceitos e discriminação, não sendo generalizado a somente a algum grupo específico, pode ocorrer por parte de alunos, professores, colaboradores entre outros a esse meio envolvido.

Portanto, é no âmbito acadêmico que nós professores por meio de disciplina específica, ao qual iremos obter um "pré" conhecimento sobre a África e a questão afro-brasileira em nosso período de formação, mesmo que seja em curto período de

estudo sobre tal temática.

Contudo esse processo histórico adquirido por meio da história dessa cultura acaba por ser silenciada por nós, pois nossa sociedade carrega grande marcas de preconceitos e principalmente no campo educacional, no qual desde nossa formação básica já presenciávamos o ato discriminatório onde professores em suas práticas de ensino também demonstravam formas preconceituosas em relação ao negro.

Obviamente que o campo de pesquisa em torno dessa temática tem expandido cada vez mais, uma vez que a própria academia institui o ensino da cultura étnico-racial em sua grade curricular, auxiliando assim na formação de futuros docentes com uma visão pedagógica crítica e puramente construtora de uma visão pela qual não seja apenas pautados pontos relacionado ao negro como mero escravo e sim como um grande contribuinte para a formação multicultural, tecnológica e social. Assim como poder fazer análise em materiais didáticos e de apoio no processo pedagógico os quais apresentam os estereótipos raciais, e necessitam de uma revisão e análise sobre os conteúdos nestes abordados para que não continuemos a ser sujeitos de disseminação e reforçamento dessas práticas preconceituosas e discriminatórias, sendo necessária uma mediação pedagógica nesse processo e práticas.

A escola possui um papel importante na formação de cidadão crítico para o exercício da cidadania assim como também desenvolver em seu processo ensino-aprendizado habilidades e competências em níveis de conhecimento, valores, atitudes, forma de pensar e de atuar em sociedade.

Assim sendo, nós professores devemos ser mediadores nesse processo, assim como pode ser compreendido a seguir:

[...] ao realizarem a mediação entre criança e sociedade, podemos proporcionar-lhes aprendizagens que enfatizam a hierarquia entre os grupos raciais, contribuindo para a propagação de valores, crenças e comportamentos racista às futuras gerações (CAVALLERO, 2000, p. 83).

É nessa perspectiva que devemos nos debruçarmos e lançar nosso olhar analítico e crítico no intuito de conhecer, compreender e transmitir valores de determinada cultura e sociedade sem que haja discriminação e atitudes racistas, pois no processo ensino-aprendizado o professor é um agente mediador de processos educacionais e

cabe a este a transmissão dos conteúdos de forma a não evidenciar seus pontos de vistas ou considerações a ele aceitável, é preciso uma contextualização e universalização para que os conteúdos/assuntos e discussões sejam transmitidos de forma ampla e que atenda a necessidade de todos os padrões existentes dentro dos processos socioculturais ao qual estamos inseridos.

No ambiente escolar onde a educação se fundamenta, podemos fazer uma análise sobre esse aspecto na visão de Cavallero:

[...] além de um direito social, a educação tem sido entendida como um processo de desenvolvimento humano. Como expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura (2000, p.13).

Sobre essa análise percebemos que entendemos a educação como campo amplo e global e que existem ações estabelecidas nos PCNs para que haja auxílio na organização do currículo, práticas pedagógicas dentre outros aspectos que compete a escola para a formação desses indivíduos tanto em termos de conhecimentos quanto em aspectos culturais.

Nesse sentido é necessário buscarmos um currículo que se pautar na ética e respeito, valorizando os valores e diferenças presentes em todas as instancias sociais e principalmente relacionada a questão étnico-racial tão presente em espaço escolar e em nossa sociedade pluralista.

Portanto, não devemos compreender o currículo como uma listagem de disciplina pré-estabelecida para que seja desenvolvido ao longo do processo escolar desse cidadão, além disso, é preciso discutir o currículo em sua dimensão global e homogêneo em modo geral, o qual possa inserir a disciplina que discuta a temática abordada, e que este atenda os anseios e seja capaz de desenvolver tais competências e habilidades de acordo com os PCNs como tema transversal aos componentes curriculares.

Porém, somos colocados a analisar se tais medidas são necessárias para o desenvolvimento de ética e respeito, pois não há certeza que o tratamento de tal assunto se resolva por meio de uma disciplina isolada, pois não podemos pensar

que devemos trabalhar como responsabilidade de todos.

Compreender o currículo dentro de um processo social contextualizado, cujo é função deste moldar o projeto educativo, onde estão ligados a ele concepções, valores e visões referentes a realidade social.

É por meio do currículo que podemos descrever as ideias que sustentam o projeto educativo, orienta para a escolha de conteúdos e métodos de ensino e principalmente transformar e melhorar práticas educativas já existentes.

Nesse sentido, se temos a preocupação de uma formação para o respeito e a ética, a escola deve refletir sobre a função que se apresenta como instituição presente na sociedade, fazendo com que o projeto pedagógico se torne real e contribuir na formação cidadã dos alunos.

É, contudo, lançar um olhar para seu projeto político pedagógico e seu currículo, no intuito de pensar e refletir, compreender que a ética desse currículo se relaciona em grande relevância com uma escola não excludente, e sim uma escola que interliga conhecimento com dignidade humana. Essa escola não estará conivente ou aprovando ações que cause fracasso ou exclusão de alunos, independentemente se são negros, brancos ou de outras etnias ou portadores de Educacional Especial (NEE) e impossibilidades no processo de aquisição do conhecimento. De acordo com Morin (2000):

a solidariedade e responsabilidade passam a fazer parte das preocupações reais do docente e do educando, portanto, na escola os educadores precisam estar em constante reflexão, sistematizando e estruturando sua proposta pedagógica que esteja de acordo com a proposta escolar e que esteja em crescimento e auxilie de forma positiva ao fim que se propõe na formação global dos indivíduos para a prática social, e que tal prática seja positiva e cujo aja negação de certos valores incoerentes com a ética e respeito de cada indivíduo.

Mediante ao exposto precisamos refletir a elaboração de projetos e elaborarmos questões que visem englobar a história e cultura étnico-racial de forma homogeneizada e com intuito de tornar significativo a prática educacional e principalmente romper determinadas formas de discriminação e preconceito tão presente em nossa sociedade e que de certa forma também adentra o espaço escolar.

[...] as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. (GOMES, 2001, p. 84).

Nessas circunstâncias, conforme exposto por Gomes teremos condições e possibilidades de combater o preconceito racial, pois cabe a nós docentes formadores de cidadãos o sucesso ou fracasso desses indivíduos, sejam eles negros, brancos, indígenas ou pertencentes a outros grupos étnicos.

Contudo, além de um currículo organizado, articulado, crítico e analítico, se fazem necessário um trabalho conjunto e articulado ao qual estejam engajados tanto a equipe escolar, pais e sociedade na luta contra a discriminação e preconceito étnico-racial e também contra padrões de estereótipos pré-estabelecidos e ditos como padrões sociais aceitáveis.

2.1 EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Com a instituição da Lei 10.639/03 e aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 03/04, o que institui as “Diretrizes Curriculares para o Ensino da Educação Étnico-Racial e ensino da História de história e Cultura Afro-brasileira e Africanas” a serem ministradas pela rede de ensino em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, além de orientar e promover formação continuada docente além de supervisão do cumprimentos das diretrizes e posteriormente alterada pela Lei 11.645/08 obriga o ensino da cultura afro brasileira e indígena no ensino básico com a intenção de acabar como preconceito e desigualdades presentes nos dias de hoje e com objetivos de resgatar a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política para a formação da sociedade brasileira.

Esses expostos presentes nos PCNs busca evidenciar as diferenças culturais e raciais no intuito de incluí-las, ou seja, aborda-las no currículo a fim de favorecer as reivindicações pertencentes aos movimentos étnico-raciais e indígenas, o qual apresenta ideias teóricas na orientação inerentes a discriminação.

Assim sendo, é preciso que haja a necessidade de um engajamento na luta contra o racismo, porém se julga necessário uma compreensão sobre os mecanismos de resistências que a população negra enfrentou ao longo do processo histórico, além de buscarmos obter informações, da forma pela qual se deu a formação de seus quilombos e senzalas entre tantas outras especificidades coletivas culturais negras.

Sobretudo, estudar sobre as formas pelas quais os negros viviam em seu território de origem, onde possuíam suas formas culturais de viver e conviver em seu grupo social e cultural nos permite citar:

[...] a população negra que para cá foi trazida tinha uma história de vida passada no continente africano, o qual somado as marcas impressas pelo processo de transmutação de continente serviu de base para a criação de estratégias de sobrevivência (CAVALLERO, 2000, p. 20).

Nessa perspectiva devemos buscar refletir sobre a temática abordada e sobre as questões que abarcam essa cultura em sua formação cultural, social, manifestação de suas crenças e além de sua contribuição para a formação multicultural brasileira. Descobrir novas formas para abordarmos e procurarmos entender os contextos de sua formação que não seja de forma pejorativas e sim ampla e que transmita os verdadeiros aspectos históricos, sociais e culturais.

Devemos salientar que a história desse povo não morre com a vinda destes no período escravista, onde por muito sua cultura, modo de vivências, crenças, dentre outros aspectos que de certa forma sofreram modificações em detrimento de novos padrões sociais e culturais e eurocêntricos.

Todos os aspectos dessa sociedade devem ser discutidos, estudar a história, a arte, a linguagem, crenças e em todos os aspectos das culturas dessa sociedade. Além dessa sociedade na diáspora (cujo se encontravam fora do seu local de origem, houve dispersão), pois essa África está aqui em nosso meio, miscigenada em nossa cultura. E ao trabalhar o ensino da cultura africana e afro-brasileira estamos acreditando que as "pessoas podem se transformar" aprendendo e aprendendo a aprender coisas novas.

A memória da África não deve ser somente abordada nos aspectos escrava tórios, devem-se apanhar as memórias de lutas dessa população negra trazida para o

Brasil e que diz de África onde está presente em vários movimentos, seja na dança, nas casas religiosas, memórias presentes nos sindicatos do movimento de trabalhadores negros, no processo ferroviários entre outros movimentos que estes africanos estiveram presentes e contribuíram com relevância nesses movimentos.

Para que tais aspectos sejam abordados em forma mais ampla afim de valorização da história da África no Brasil é importante que haja a formação de professores habilitados para o ensino e que nos empenhemos para que a Lei n. 11.645 se efetive de forma a discutirmos os desdobramentos dessa temática, buscando abordarmos não somente o comércio escravista de oferta de mão de obra e sim a memória dos movimentos africanos e todos os aspectos contribuintes para a formação social, política, econômica e multicultural de nosso país.

Programarmos a Lei n. 11.645 não se descola de pensarmos que a educação brasileira precisa se democratizar, precisa garantir acesso e permanência, trajetória escolares para estudante indígenas e negras e acesso superior. Sendo, portanto, um ponto chave no que se refere ao trabalho com essa população, que de certo permanecem inviabilizados, mesmo havendo a existência de políticas públicas capazes de garantir que estes estejam inseridos de forma democráticos e igualitários nas camadas sociais de nosso país.

2.3 COMO ABORDAR O ASSUNTO EM SALA DE AULA

Para que haja uma abordagem significativa dessa temática além de uma formação acadêmica julgamos essencial a formação específica sobre a relação étnico-culturais no intuito de haver profissionais habilitados de forma plena e que consigamos abordar os assuntos inerentes a cultura afro e indígena no espaço escolar.

Os referidos documentos determinam que a história da África e cultura indígena sejam abordadas de forma positiva, onde devemos levar em consideração que

nosso País tenha se resumido a conquista e derrotas do continente Europeu.

Deve-se estar presente os aspectos culturais, sociais, religiosos, políticos e econômicos dessas culturas além de relevar a contribuição para a formação de nossa sociedade tão pluralista a qual possui heranças de certos costumes e conhecimentos.

Contudo, devemos valorizar a identidade negra e por meio da formação de professores e formação continuada erradicar com o mito da democracia Racial presente em nosso país.

Mediante a esses aspectos de formação de professores se faz relevante para as experiências étnico-culturais, pois:

Quanto mais complexas se tornam as relações entre educação, conhecimento e cotidiano escolar, cultura escolar e processos educativos; escola e organização do trabalho docente mais o campo da pedagogia é desafiado a compreender e apresentar alternativas para a formação de seus profissionais (GOMES; SILVA, 2006, p. 13).

Com base nessa visão, podemos identificar o desafio da diversidade no campo pedagógico ao qual se lança desafiador e que se pauta em alternativas e mecanismos cujos sejam capazes para uma formação docente empenhada em processos educativos em suas instâncias sociais e principalmente aos aspectos étnico-culturais.

A formação docente não se deve pautar-se em concepções únicas ao qual cada um toma partido de suas concepções, entendimentos e métodos de ensino, haja visto que tal formação deve dar-se de "forma contínua cujo se engaja em princípios étnicos, didáticos e pedagógicos comuns independentemente do nível de formação e da fase em que seja desenvolvido" (GOMES; SILVA, 2006, p.15).

Contudo tal formação deve-se ser feita de forma contínua e nós profissionais precisamos estar "abertos" para a compreensão dessas abordagens em âmbito escolar e cujo faz parte de nossa formação profissional, onde o conhecimento e novas metodologias precisam ser inseridas para que possamos resgatar a identidade e sobretudo quebrar paradigmas preconceituosos e discriminatórios.

Por isso tal necessidade está presente em torno dessa temática, pois é importante

como exposto no PCN de temas transversais "o fortalecimento cultural de cada grupo cultural, social e étnico que compõe nossa sociedade a fim de promover o reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo se refere no fortalecimento da igualdade, justiça, liberdade, diálogo e democrático" (BRASIL, 1998, p. 132).

Nesse sentido é necessário "preencher a lacuna" na formação de professores haja vista que isso seja fundamental para o ensino da história da África pois essa formação visa capacitar-nos com novos conhecimentos já que é uma área ampla, além de ser uma área permeável de preconceitos e mal-entendidos onde estes precisam e devem ser eliminados.

Cabe ressaltarmos que é uma busca constante e que devemos ser renovada a cada novo saber que adquirimos, a fim de buscarmos maiores informações e referenciais, além de avaliarmos métodos e práticas docentes que sejam significativas para um processo ensino-aprendizado que valorize e reconheça a presença das diferenças étnico-culturais dentro do espaço escolar no intuito de não padronizarmos e generalizarmos uma única cultura (eurocêntrica) e sim compreendermos que fazemos parte de uma cultura multicultural e que temos heranças dessa cultura cujo tem sua memória e história muito rica e importante para a construção e compreensão social e cultural de nosso país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo discutir, compreender e avaliar as questões inerentes ao ensino da cultura afro-brasileira. Para que este estudo pudesse ser relevante julgamos necessário pesquisas referentes a temática. Assim sendo esse estudo possui um caráter de análise crítica a fim de nos permitir visões amplas e nos permitir atuar de forma "homogênea" respeitando os processos culturais e sociais de cada sociedade e principalmente compreendendo que fazemos parte de uma nação cujo possui aspectos formativos de uma cultural pluralista, cujo não podemos nos pautar no que se refere a cultura afro como processo escravista em nosso País, é preciso buscarmos maiores conhecimentos acerca desse processo histórico o qual envolve essa relevância. Também nos permite buscarmos novas metodologias para abordagem e transmissão dos conhecimentos desses processos ao qual a questão

discutida está envolvida tanto em aspectos históricos, quanto em processos socioculturais e torná-los significantes em sua amplitude e para, além disso, romper com as questões discriminatórias e racistas dentro dos contextos educacionais.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 08 de set. de 2014.

_____. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 08 de set. de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.119-144.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil: mito e realidade**. São Paulo: Ática, 1996.

CAVALLERO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Eliane dos Santos. Relações raciais no cotidiano escolar: Implicações para a subjetividade e a afetividade. In: **Saberes e fazeres, VI: Modos de Ver / Coordenação do Projeto Ana Paula Brandão**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. (p. 83 -93):i). Color. (A Cor da Cultura).

_____, Eliane dos Santos. Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação antirracista. In: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006, p.13 – 25.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (orgs.): **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-31.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: O trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLERO, Eliane dos Santos (org.): **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo negro, 2001.

KABENGELE, Munanga. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.